



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPEP

Coordenadoria Institucional de Educação a Distância - CIED

Coordenação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação do Campo

PROCESSO SELETIVO

ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU*

Curso:

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Prova de Conhecimentos Específicos

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste **Caderno de Questões** e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também se contém **20 (vinte)** questões objetivas com 5 (cinco) opções cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
4. Você dispõe de **02h00** (duas horas) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas de questões objetivas**. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **1h30** (uma hora e trinta minutos) do seu início.
5. Na **Folha de Respostas de questões objetivas**, confira o seu **nome**, o número do seu **documento de identificação** e o **curso escolhido**.
6. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas de questões objetivas**.
7. Preencha a **Folha de Respostas de questões objetivas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas de questões objetivas**, preencha completamente o círculo correspondente à opção escolhida, conforme modelo:

	A	B	C	D	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
8. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas de questões objetivas**: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
9. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas de questões objetivas**.
10. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
11. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
12. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal de Sala** este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas de questões objetivas** e **assine** a **Lista de Presença**.
13. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) fiscal de sala, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a **assinatura** da **Ata de Encerramento** de provas.

Boa Prova!

Nº do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

ESPECIALIZAÇÃO *lato sensu*
PROPEP/UFAL 2013



Conhecimentos Específicos

1. Considere a seguinte situação:

Um professor ensina numa escola situada na sede de um município de Alagoas. A turma que ele ensina é constituída de 45 alunos. Destes, 25 são transportados de suas comunidades rurais para estudar nessa escola. Todo ano letivo essa realidade se repete, não somente em sua sala de aula, mas na maioria das salas de sua escola. Nos encontros de formação, nos momentos de planejamento didático, nas reuniões com pais/mães e professores(as), esse professor não sente que essa especificidade é levada em conta. Fica sempre incomodado, porque percebe que há questões específicas dessa realidade que sequer são tocadas nesses momentos e, na perspectiva dele, isso acaba prejudicando o desenvolvimento do seu trabalho em sala e se reflete no desempenho dos seus alunos e alunas.

Qual das opções a seguir não representa uma análise correta da situação descrita, se tomamos como referência os princípios defendidos pela Educação do Campo?

- A) A situação descrita anteriormente aborda um dos problemas mais sérios da Educação do Campo, qual seja a grande demanda por escolas no próprio campo, realidade que fere um dos direitos da população camponesa. Isso determina, entre outras coisas, que esses alunos e alunas transportados corram os riscos de estar nas estradas, em transporte escolar, muitas vezes inadequado.
- B) Esse professor tem que trabalhar no sentido de inserir esses alunos e alunas oriundos da zona rural no universo urbano, porque dessa forma os ajudará a construir um futuro melhor na cidade, onde terão mais oportunidades de avançar nos estudos e de trabalhar dignamente.
- C) As dificuldades encontradas pelo professor na situação descrita não podem ser enfrentadas somente por ele. É necessário pensar soluções mais amplas, no âmbito de políticas públicas efetivas, que definam um projeto de educação a ser assumido pelo município como um todo.
- D) Essa escola precisa refletir sobre sua identidade, buscando amparo legal, inclusive no Decreto n.º 7352/2010 e se reconhecendo como escola rural. Esse reconhecimento é passo fundamental para que os momentos de planejamento, de formação, bem como as reuniões de pais/mães e professores(as) respondam melhor às especificidades sugeridas na situação descrita.
- E) A situação descrita anteriormente ilustra bem o descompasso entre os avanços conquistados legalmente (via LDBEN n.º 9394/96, Diretrizes Operacionais, Diretrizes Complementares, Decreto n.º 7.352/2010, entre outras) e a capacidade de transformação da realidade nos contextos locais dos nossos municípios, secretarias, escolas e salas de aula.

2. Visando uma melhor organização da gestão escolar no que diz respeito à administração e finanças das escolas do campo, os artigos 10 e 11 das Diretrizes não estimulam:

- A) criação de Conselho Municipal de Educação.
- B) implantação de Conselho Escolar.
- C) implantação de conselhos de controle fiscal e social.
- D) realização de conferências e fóruns de educação e elaboração de Planos Municipais de Educação.
- E) centralização da gestão escolar.

3. Nas discussões ocorridas no contexto do FONEC (Fórum Nacional de Educação do Campo) e materializadas no Documento “*Notas para análise do momento atual da Educação do Campo*” que foi elaborado no Seminário Nacional – BSB, 15 a 17 de agosto 2012, afirma-se que:

[...] Do ponto de vista da lógica de produção, que precisa ser dominante inclusive nas políticas públicas, trata-se de impor a racionalidade do capital, que projeta a produção em escalas cada vez maiores, em uma mesma área contínua, especializando-se a agricultura em monocultivos, para obter máxima produtividade do trabalho e da rentabilidade econômica. Para isso se substitui a mão de obra pela mecanização intensiva e se utilizam volumes cada vez maiores de fertilizantes químicos sintéticos (produzidos no mercado mundial) e de agrotóxicos. Nessa lógica, o aumento da produtividade implica cada vez mais em destruição da biodiversidade, da natureza, da vida humana e na alienação do trabalho na agricultura. (p. 06)

[...] As investidas das classes dominantes do campo na educação merecem uma reflexão especial, tendo em vista que há um claro interesse em apropriar-se do discurso pela defesa da educação dos trabalhadores rurais no campo, no sentido de afirmar (confundir) à sociedade que os representantes do agronegócio também estão empenhados em superar as desigualdades, cessar o fechamento de escolas no campo e garantir uma boa formação aos trabalhadores. (p. 08)

De acordo com as ideias extraídas do Documento em questão, compreende-se que:

- I. não se pode discutir um projeto de Educação das populações camponesas, dissociado de um projeto de desenvolvimento que considere a questão da sustentabilidade em sua complexidade;
- II. o modelo de desenvolvimento a ser estimulado é o do agronegócio, pelas vantagens que representa no que diz respeito à produtividade;
- III. o modelo de desenvolvimento que guarda afinidade com um projeto emancipador de Educação do Campo é o da agricultura de base familiar e camponesa;
- IV. a expansão do modelo capitalista de desenvolvimento é inevitável;
- V. a agricultura de base familiar e camponesa pode ser uma ferramenta importante no processo de emancipação da população camponesa, entre outras razões, porque, menos mecanizada, inclui mais trabalhadores(as) e provoca impactos ambientais de menor proporção.

Pode-se concluir que

- A) apenas o item III está correto.
- B) apenas os itens II e IV estão incorretos.
- C) todos os itens estão corretos.
- D) apenas o item I está correto.
- E) apenas o item V está incorreto.



4. Segundo as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo, Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, art. 5º, as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei n.º 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos

- A) sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.
- B) educacionais e sociais.
- C) sociais e culturais.
- D) sociais e profissionais.
- E) pedagógicos e políticos.

5. Conforme concepções do Movimento Nacional *Por uma Educação do Campo*, luta-se por uma educação que não seja

- A) projeto de educação que está em construção com o paradigma do projeto histórico socialista.
- B) projeto da classe trabalhadora que tem como protagonistas os camponeses, suas lutas, organizações e suas experiências educativas.
- C) compreensão do trabalho como produção de vida, de cultura e de humanização.
- D) alicerçada na visão instrumentalizadora de que é suficiente para o povo do campo uma alfabetização funcional com possibilidade de escolarização e transporte para conduzir alunos com vagas garantidas em escolas urbanas.
- E) compreende o camponês e os trabalhadores como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história.

6. Conforme Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, são consideradas populações do campo:

- I. os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;
- II. apenas agricultores e trabalhadores da terra;
- III. escola do campo situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo;
- IV. apenas as definições seguidas pelo IBGE;
- V. apenas escolas localizadas no perímetro urbano.

Dos itens acima, verifica-se que

- A) apenas o I é verdadeiro.
- B) I, II, III, IV e V são verdadeiros.
- C) apenas I e III são verdadeiros.
- D) apenas o IV é verdadeiro.
- E) I, II, III, IV e V são falsos.

7. A LDBEN n.º 9394/96, em seu artigo 28, institui o direito à igualdade de acesso à escola e o respeito às diferenças quando permite na oferta da educação básica para a população rural:

- I. que os sistemas de ensino promovam adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região;
- II. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às necessidades dos alunos da zona rural;
- III. oferecimento de ensino fundamental completo;
- IV. organização escolar própria incluindo adequação do calendário escolar;
- V. oferta de ensino profissional específico para o campo.

Verifica-se que são verdadeiras somente

- A) I, II e IV são verdadeiras.
- B) I e II são verdadeiras.
- C) I, IV e V são verdadeiras.
- D) I, II e III são verdadeiras.
- E) I, II, III e IV são verdadeiras.

8. Segundo os artigos 14 e 15 das Diretrizes Operacionais, para o financiamento das escolas do campo os gestores deverão:

- A) garantir apenas o que está definido na Constituição Federal e na LDBEN.
- B) proibir o regime de colaboração entre os entes federados.
- C) cumprir somente o Artigo 2º da Lei do FUNDEB.
- D) garantir o cumprimento das definições contidas na Constituição Federal, na LDBEN e na Lei do FUNDEB.
- E) não diferenciar o custo aluno qualidade para as escolas do campo.

9. A educação do campo nasceu tomando posição no confronto de projetos de educação contra uma visão instrumentalizadora da educação, colocada a serviço das demandas de um determinado modelo de desenvolvimento do campo (que sempre dominou a chamada educação rural) defendendo uma concepção de educação:

- I. emancipatória vinculada a um projeto histórico de superação do modo de produção capitalista;
- II. que tem um projeto que propõe uma nova forma de organização das relações sociais, econômicas, políticas e culturais;
- III. reorganizadora do espaço rural onde busca apenas uma nova estrutura física das escolas e garantia de transporte escolar de qualidade;
- IV. que se articule entre a realidade rural e a urbana, onde esta possa melhorar a qualidade educacional da primeira;
- V. que tão somente resgate do atraso as populações camponesas, promovendo o desenvolvimento social e profissional desse grupo.

Estão falsos apenas os itens

- A) I e III.
- B) I, III, IV e V.
- C) III, IV e V.
- D) I, II e V.
- E) II, III e IV.



10. Em texto de Brandão (2007), o autor faz uma reflexão em torno dos tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. Uma das passagens do texto aborda de forma poética a diversidade de relações que cada grupo social estabelece com o seu contexto. Vejamos:

[...] Um caiapó provavelmente levaria mais tempo para responder o que é uma floresta. Ele provavelmente começaria por indicar tudo aquilo que não é visível, pois está “debaixo da terra”, minerais, águas, raízes, plantas e animais subterrâneos e algo mais. Depois, ele por certo desdobraria a floresta em vários estratos, seis ou sete, de acordo com o tipo de vegetais que predominam, de acordo com os frutos que habitam cada “andar” e de acordo com os animais que existem em cada espaço. Aquilo que uma botânica classificaria como vegetação rasteira, sub-bosque, bosque e dossel, para o nosso caiapó poderia desdobrar-se em outras e bem mais minuciosas derivações. E a sua floresta não acabaria no dossel das árvores mais altas. Pois muito possivelmente ela se estenderia até o espaço acima da floresta onde voam os seus pássaros que voam mais alto.

[...] Entre camponeses católicos, os ciclos da vida natural, entre a floresta, os campos de pastagens, os terrenos de lavouras sazonais ou permanentes, o pomar ao redor da casa e a horta próxima à cozinha, são diversos e interligados tempos-lugares regidos pelas forças da natureza, transformados pelas forças do trabalho humano e ordenados por princípios e ritmos extranaturais que entretencem a maior parte das atividades agropastoris de tempos, ritos e gestos ora mágicos, ora religiosos. (p. 52)

Se tomarmos as ideias de Brandão como referência e estabelecermos algumas conexões com a discussão acerca da contextualização dos tempos-espaços e dos currículos das escolas do campo, iremos concluir que:

- I. a Educação do Campo parte do princípio de que existem outros saberes para além dos que circulam por dentro das disciplinas escolares, saberes estes construídos no cotidiano da vida das populações camponesas e que, em geral, não encontram lugar no fazer-pedagógico de grande parte de educadores e educadoras de escolas do campo;
- II. os saberes do cotidiano das populações camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, entre outros, podem ser aproveitados como temas no mês do FOLCLORE, mas não se enquadram como conteúdos escolares;
- III. a perspectiva de Educação defendida pela Educação do Campo Contextualizada considera toda a comunidade camponesa como espaço educativo, bem como os momentos de trabalho; de convívio social e religioso, como tempos de aprendizagem, considerando a diversidade de perspectivas, assim como o texto de referência nos sugere;
- IV. os meninos e meninas do campo precisam superar as visões e interpretações locais e do senso comum e assumir como perspectiva de leitura de mundo o viés científico, erudito, fundamental para que possam vencer na vida e ir mais além do ser trabalhador agrícola;
- V. para incorporar esses outros saberes no fazer-pedagógico da escola do campo, um dos grandes desafios a enfrentar é lutar por ocupar o território da formação inicial e continuada dos educadores, sujeitos fundamentais no processo de contextualização da educação.

Pode-se verificar que

- A) apenas os itens I e III estão corretos.
- B) apenas os itens II e IV estão incorretos.
- C) apenas o item V está correto.
- D) todos os itens estão incorretos.
- E) todos os itens estão corretos.

11. O *Dicionário da Educação do Campo* (Caldart et. al: 2012) afirma em seu verbete **Educação do Campo** o seguinte:

[...] Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela [...]. Caldart (2012:263)

No mesmo *Dicionário*, Ribeiro (2012:297-298) discute o conceito de **Educação Rural** e explica:

[...] é somente a partir da década de 1930 que começa a tomar forma um modelo de educação rural associado a projetos de ‘modernização do campo’, patrocinados por organismos de ‘cooperação’ norte-americanos e disseminados pelo sistema de assistência técnica e extensão rural. Políticas destinadas à ‘escolarização das populações rurais mostram seu fraco desempenho ou o desinteresse do Estado com respeito à educação rural, quando nos referimos ao analfabetismo no Brasil’ (Ribeiro, 2010, p. 181). [...] Em confronto com a educação rural negada, a educação do campo construída pelos movimentos populares de luta pela terra, organizados no movimento camponês articula o trabalho produtivo à educação escolar tendo por base a cooperação. A educação do campo não admite interferência de modelos externos, e está inserida em um projeto popular de sociedade, inspirado e sustentado na solidariedade e na dignidade camponesas. [...]

Tomando essas ideias como referência, marque abaixo a opção incorreta.

- A) A questão da Reforma Agrária ocupa lugar de destaque no projeto de sociedade ao qual a Educação do Campo está vinculada.
- B) As ações e iniciativas do Estado Brasileiro com relação à Educação da população camponesa foram marcadas, até a década de 30, por forte influência do capital estrangeiro, ancoradas em visões equivocadas sobre os povos do campo, considerados como sujeitos “em atraso” intelectual, cultural, social e econômico-produtivo.
- C) O forte vínculo da Educação do Campo com a luta pela terra de trabalho confere a ela um lugar político, reafirmando a educação como ferramenta importante na formação do “trabalhador para si e não para o capital”.
- D) A Educação do Campo se diferencia da Educação Rural, apenas porque tem sua origem nas lutas dos movimentos sociais do campo.
- E) A Educação Rural foi historicamente marcada pela tentativa de integrar as populações camponesas ao “progresso”, mas na condição de objetos e não de sujeitos.



12. O Plano Estadual de Educação de Alagoas (Lei n.º 6.757, de agosto de 2006) foi um dos pioneiros na inserção da Educação do Campo em seu texto. O referido plano apresenta, em seu capítulo IV, o diagnóstico da realidade da educação do campo no estado, bem como as diretrizes, objetivos e metas para essa especificidade. Dos objetivos e metas para a educação do campo em Alagoas abaixo descritos,

- I. Definir, sob a coordenação da Secretaria Executiva de Educação, uma política de educação rural para o Estado de Alagoas, pautada nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- II. Encaminhar as providências necessárias para a reorganização de instalações físicas no meio rural, promovendo o fechamento de escolas isoladas e a construção de escolas com, no mínimo, 04 salas de aula.
- III. Assegurar a escolaridade básica da população campesina, considerando seus interesses e necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais.
- IV. Encaminhar a elaboração de projetos pedagógicos considerando as especificidades do campo, assegurando a formação integral do cidadão campesino, garantindo-lhe o domínio do conhecimento historicamente produzido e de valor universal.
- V. Viabilizar uma proposta curricular que atenda às necessidades da realidade rural, respeite o meio ambiente e vincule o conhecimento ao estudo de questões sociais relacionadas a atividades econômicas, práticas de trabalho, manifestações artísticas e culturais, lutas das comunidades rurais pelo acesso à terra e a condições dignas de vida.

pode-se afirmar que são objetivos e metas constantes do PEE-AL

- A) apenas os itens II e IV.
- B) apenas o item V.
- C) todos os itens.
- D) apenas os itens I, III, IV e V.
- E) apenas o item I.

13. *“Não vou sair do campo para poder ir para a escola. Educação do campo é direito e não esmola!”*

Com este verso o poeta alerta para o direito de acesso à escola no campo e se posiciona contra ações prejudiciais que estimulam o fechamento de escolas e o deslocamento de alunos para o perímetro urbano, tais como:

- A) política de transporte escolar, fechamento de escolas, nucleação de escolas e falta de acesso à matrícula e permanência com sucesso dos alunos campesinos.
- B) apenas para falta de professores com formação.
- C) escassez de recursos para que as escolas do campo fiquem melhor organizadas.
- D) professores que não sabem usar computadores.
- E) falta de professores que morem na zona rural.

14. São princípios da educação do campo segundo o Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010:

- I. respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II. incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III. desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV. valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- V. controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Dos itens acima, verifica-se que estão corretos

- A) I e III, apenas.
- B) I, III, IV e V.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) II, III, IV e V.
- E) IV e V, apenas.

15. Dadas as afirmações a seguir,

- I. Os conceitos de Educação do Campo e Educação no Campo são a mesma coisa.
- II. Contextualizar a educação é falar para os alunos(as) do campo sobre coisas de sua realidade.
- III. Para tornar efetiva a Contextualização da Educação do Campo basta inserir na parte diversificada/flexível do currículo escolar a disciplina de Ensino Agrícola.
- IV. A educação do campo propõe o efetivo reconhecimento de que existem outros tempos-espacos de aprendizagem, acolhendo os sujeitos do campo como portadores de saberes tão importantes, quanto os “saberes escolares”.
- V. Não existe um modelo organizativo ideal ou padrão para as escolas do campo. É necessário identificar, a partir das realidades particulares de cada escola e do contexto do qual ela faz parte, qual a melhor forma de organizar seu tempo-espaco de aprendizagem.

se considerarmos a afinidade delas com os princípios e concepções gerais da Educação do Campo, poderemos verificar que

- A) todos os itens estão corretos.
- B) somente o item II está correto.
- C) somente os itens IV e V estão corretos.
- D) todos os itens estão incorretos.
- E) somente os itens I e III estão corretos.



16. No documento *Carta da Terra: Em defesa da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar*, produzido pelo coletivo de entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, publicado pelo CEAS (2003: Cad. nº 206), estão apontados princípios e indicados alguns caminhos de intervenção na realidade desigual e excludente que marca os contextos campestres do Brasil. Entre as propostas trazidas pelo Documento, pode-se destacar o seguinte:

1. A desapropriação dos latifúndios como caminho constitucional para garantir a função social da terra; uma legislação que limite o tamanho das propriedades rurais através de emenda constitucional e o confisco integral de todas as terras onde houver trabalho escravo, exploração de trabalho infantil, cultivo de plantas psicotrópicas e daquelas usadas para práticas de contrabando ou adquiridas mediante práticas ilegais; [...]

[...] 3. O planejamento da produção familiar que leve em consideração as diversidades regionais, sua viabilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental com linhas de crédito de custeio e investimento acessíveis, com programas de seguro agrícola e de serviços de assistência técnica pública, gratuita e de qualidade e com garantia de preços mínimos justos e de comercialização da produção; [...]

[...] 5. A produção de sementes pelos próprios agricultores e agricultoras, inclusive com incentivos às iniciativas populares de resgate das sementes crioulas, como forma de garantir as sementes como patrimônio da humanidade. Para tanto, combatem o patenteamento de seres vivos e a liberação da produção comercial e uso de sementes transgênicas, indutoras de monopólio que destrói a soberania dos agricultores e são nocivas ao meio ambiente e à saúde humana;

6. O desenvolvimento e a disseminação de novas técnicas agrícolas não agressivas ao meio ambiente, implantando sistemas agropecuários sustentáveis que eliminem o uso de agrotóxicos; a preservação dos recursos hídricos e a democratização do acesso a fontes e mananciais de águas como bens públicos e patrimônio da sociedade [...]

Desde essa perspectiva de desenvolvimento e levando em consideração os princípios, conceitos e práticas da Educação do Campo, pode-se afirmar que ela se identifica com um “modelo” de Desenvolvimento que:

- I. inclua e respeite as formas de interação dos povos do campo com a natureza e seu contexto, evitando as visões equivocadas que caracterizam os povos do campo como atrasados e ignorantes;
- II. colabore com o avanço do campo, especialmente porque a cidade depende dele. Se o campo não produz a cidade não come;
- III. tem como base a mecanização do trabalho no campo. A massificação das máquinas no campo vai forçar os padrões a investirem na formação dos seus trabalhadores;
- IV. supere, vá além do critério econômico ou do ambientalismo, incorporando as dimensões da subjetividade humana e das relações sociais;
- V. incorpore a educação como ferramenta essencial do próprio processo de desenvolvimento.

Marque a opção correta.

- A) Apenas os itens I, IV e V são verdadeiros.
- B) Todos os itens são verdadeiros.
- C) Todos os itens são falsos.
- D) Apenas o item II é verdadeiro.
- E) Apenas o item III é verdadeiro.

17. Tendo como base a legislação vigente, como pode ser definida uma escola do campo?

- A) Apenas pela localização.
- B) Pela localização e quantidade mínima de alunos.
- C) Por possuir turma multisseriada.
- D) Pelas profissões campestres/rurais desenvolvidas pelos pais.
- E) Por ser situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

18. Indique qual a opção em que aparece uma experiência/proposta que não guarda afinidade com os princípios da Educação do Campo.

- A) PRONERA
- B) Escola Itinerante
- C) Alfa e Beto
- D) Pedagogia da Alternância
- E) PEADS



19. A seguir reproduzimos uma matéria publicada no site do MEC a respeito dos Livros Didáticos para as escolas do campo.

Alunos de escolas em meio rural receberão material didático específico

07/03/2013 08:00 - Portal Brasil

As obras específicas para a educação no campo serão entregues até o dia 15 de março



O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) distribuirá este ano, pela primeira vez, obras selecionadas especificamente para as escolas do campo. Mais de 2 milhões de estudantes, em 63.791 escolas, receberão 4.550.603 exemplares. Todas as obras devem ser entregues às Secretarias Municipais de Educação até 15 de março.

Os livros serão usados por estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental — primeiro ao quinto ano — e de turmas multisseriadas, uma realidade comum no campo. Serão contempladas as unidades de ensino que atendam mais de 100 estudantes.

A ampliação do PNLD para o campo é uma inovação. Atualmente, mais de três milhões de estudantes estão matriculados em unidade de ensino das áreas rurais do país. Os alunos já recebiam obras antes, mas eram as mesmas coleções destinadas às escolas urbanas. [...].

Extraído do sítio web:

<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/03/07/alunos-de-escolas-em-meio-rural-receberao-material-didatico-especifico>.

Tomando a matéria como referência, considerando a perspectiva da Educação do Campo Contextualizada e as orientações gerais da LDBEN n.º 9394/96 e das Diretrizes Operacionais, no que diz respeito aos livros e materiais didáticos, marque a opção incorreta.

- A) A utilização de materiais e livros didáticos que tomem as realidades camponesas como referência é um dos passos importantes para a construção, pelas novas gerações, de vínculos positivos com o campo.
- B) Os livros e materiais didáticos utilizados nas escolas do campo, de fato, precisavam ser adaptados à realidade das populações camponesas, porque conhecer a realidade local (a história, a geografia, os demais saberes que circulam no campo) tem mais significado para quem vive no campo do que ter acesso aos conhecimentos gerais estudados nas disciplinas escolares.
- C) Os coletivos de educadoras e educadores do campo e os movimentos sociais, que têm acúmulo teórico e prático no que diz respeito à contextualização da educação do campo, têm defendido o uso de materiais e livros contextualizados, mas numa perspectiva de diálogo com realidades mais amplas e não de restrição a um contexto rural pretensamente “puro”, idealizado.

- D) A contextualização de materiais e livros didáticos precisa ser compreendida como exercício teórico e prático de ampliação da abordagem pedagógica no processo de ensino-aprendizagem e deve vir acompanhada do mesmo exercício por parte de educadores e educadoras, quer sejam do campo ou da cidade.
- E) Apenas a introdução de livros contextualizados não muda, por si, concepções, princípios, crenças equivocadas em torno do campo, do que o caracteriza. A compreensão mais ampla do campo em sua dinâmica (continuidades e rupturas) precisa orientar essa contextualização e ajudar a identificar com qual projeto de sujeito e de sociedade estamos nos vinculando.



20. Tomando os dados comparados do Censo Escolar/Educação Básica, referentes aos anos 2010 a 2012 (Sinopse Estatística – INEP), foi possível verificar o seguinte:

MATRÍCULAS - Educação Infantil

Número de Matrículas na Educação Infantil por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação 2009, 2011 e 2012

Unidade da Federação	2009		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Brasil	6.756.698	5.894.946	861.752
Alagoas	99.372	68.302	31.070

Fonte: INEP, Censo Escolar do ano de 2009.

Unidade da Federação	2011		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Brasil	6.980.052	6.116.897	863.155
Alagoas	104.376	72.484	31.892

Fonte: INEP, Censo Escolar do ano de 2011.

Unidade da Federação	2012		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Brasil	7.295.512	6.435.986	859.526
Alagoas	110.705	78.384	32.321

Fonte: INEP, Censo Escolar do ano de 2012.

O Documento *Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo* (Silva & Pasuch: 2010), disponibilizado pela SECADI, informa que:

[...] A porcentagem de crianças de 0 a 5 anos do campo, matriculadas em creches e pré-escolas, segundo dados do Censo Escolar 2009, é de apenas 28%. Em 2008, a taxa de frequência das crianças de 0 a 3 anos de idade era de 6,84 e, de 4 e 5 anos, era de 42,66, bem inferiores à da população urbana (respectivamente 20,53 e 62,57). No caso das áreas de assentamentos rurais, dados da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (MEC/MDA) publicada em 2005, demonstraram que cerca de apenas 3,5% das instituições do campo possuía a modalidade de creche. Dentre as crianças assentadas na faixa etária dos 0 a 6 anos de idade, 0,1% frequentavam serviço familiar ou informal, 0,8% frequentavam creche e 5,1% frequentava pré-escola. [...] (p. 01)

Considerando os dados do Censo Demográfico do IBGE do ano 2010, verifica-se que no referido ano, o Estado de Alagoas contava com uma população total de 0 a 4 anos de 272.485 crianças. Destas, 79.269 eram residentes da zona rural. A partir desses dados da realidade nacional e estadual no que diz respeito ao acesso à Educação Infantil no Campo e, tomando como base o que se defende, por Lei, como direito para as populações campesinas, pode-se afirmar que:

- I. é importante garantir o direito de acesso à Educação Infantil para todas as crianças de 0 a 5 anos, inclusive para as do campo, mas se não tem educação infantil na própria localidade rural, pelo menos se garanta o acesso na cidade;
- II. o Estatuto da Criança e do Adolescente deixa claro que é direito de toda criança e adolescente estudar perto de onde mora. As Diretrizes Complementares corroboram com esse entendimento. Isso significa que, sendo esse direito desrespeitado, pode-se acionar o Ministério Público e fazer

cumprir o que a Lei determina;

- III. percebe-se que há em Alagoas um quantitativo maior de crianças de 0 a 4 anos do que o quantitativo de crianças matriculadas na Educação Infantil no estado, mas não por falta de vagas, mas porque os pais e mães não matriculam, não acham que é importante;
- IV. fica evidente que há um forte descompasso entre demanda e oferta de vagas na Educação Infantil do Campo em Alagoas. Esse é um dos problemas a enfrentar, mas além dele, é fundamental garantir o acesso com qualidade (atenção aos currículos, infraestrutura das creches e pré-escolas, formação dos professores e auxiliares, entre outros fatores);
- V. outro problema gerado com o deslocamento de crianças da educação infantil no sentido campo-cidade é o impacto que isso gera no processo de acesso das famílias às creches e pré-escolas, prejudicando o acompanhamento aos seus filhos e filhas, numa fase do desenvolvimento em que essa interação é mais necessária.

Entre as opções a seguir, indique a correta.

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Os itens III e IV estão corretos.
- C) Todos os itens estão incorretos.
- D) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- E) Todos os itens estão corretos.